

Título: A trajetória de D. Duarte de Eça: de capitão deposto a capitão de Goa

Autor: Nuno Vila-Santa

Universidade: FCSH-UNL

E-mail: gemeo1984@hotmail.com

“Só advirto que he necessário ir muyto devagar com as murmurações da India, onde os homens são malignos, & com demasia livres no falar”¹

1. Introdução

Ao relatar o sucedido com D. Duarte de Eça quando foi afastado da capitania de Ternate em finais de 1558, o Padre Francisco de Sousa chamava a atenção para aquele que considerava ser um dos maiores problemas na elaboração da História da Índia Quinhentista. Este é ainda hoje um dos maiores desafios do historiador: afiançar em que medida as fontes portuguesas da época, sobretudo quando se referem a factos ou personagens polémicos, retratam com rigor o que se passou ou, se apenas se limitam a transmitir uma versão da História que poderá não corresponder exactamente ao que sucedeu. Face a relatos tão extremados do mesmo facto, em qual acreditar? A trajetória de D. Duarte de Eça é um exemplo paradigmático deste tipo de problemática. Capitão deposto de Colombo, pelo vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554), em 1553 e, de Ternate, pelos moradores da fortaleza, em 1558, o caso de D. Duarte ilustra bem as dificuldades de reconstituição de um percurso atribulado. Todavia, não há dúvida de que se tratava de um fidalgo oriundo da pequena nobreza que, não obstante, logrou deter um papel político decisivo na evolução oriental, em particular se atendermos à forma que elegeu para se relacionar com as elites nativas, com os representantes de ordens religiosas e também com os meios mercantis.

Proveniente de uma nobreza de serviços, Eça, como boa parte dos fidalgos do seu tempo, não procurava mais do que alcançar um estatuto que lhe permitisse consolidar a sua posição pessoal e familiar. Neste sentido, D. Duarte tipifica perfeitamente um dos muitos rostos da pequena nobreza que serviam o rei no Oriente. Porém, mais do que qualquer outro aspecto, o traço que mais marcou a carreira de D. Duarte de Eça foi as redes clientelares em que, desde

¹ Cf. Padre Francisco de SOUSA, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1978, p. 395.



cedo, se movimentou e sem as quais o seu destino poderia ter sido bem diferente. São aliás, essas mesmas relações que explicam, pelo menos em parte, os interesses e atitudes que D. Duarte evidenciou ao longo da sua trajectória. Uma vez actuando como representante desses mesmos interesses, outras vezes aproveitando-os, Eça soube sempre manipular as circunstâncias a seu favor. Na verdade, o percurso de D. Duarte aproxima-se ao de outras figuras, já estudadas para a primeira metade do século XVI, as quais servindo inicialmente a Coroa acabaram, mais tarde, por se afastar dela². Todavia e ao contrário do que sucedeu com D. Duarte de Eça, o elemento distintivo entre esses casos e o presente foi que aqueles tenderam a não ser reconhecidos pela Coroa devido ao abandono do serviço régio. De facto, como se verá, nem no momento mais crítico da sua vida, Eça deixou de ver os seus serviços reconhecidos pela Coroa³.

Nascido em data incerta, mas seguramente na primeira ou segunda década do século XVI, D. Duarte de Eça era o décimo filho de D. João de Eça, alcaide-mor de Vila Viçosa e de Souzel⁴, o qual serviu os duques de Bragança, D. Fernando II (1430-1483) e D. Jaime (1479-1532), e participou na conquista de Azamor⁵. A esposa de D. João de Eça, D. Maria de Melo, era filha do alcaide-mor de Castelo de Vide, Vasco Martins de Melo⁶, e não fora a mãe de D. Duarte que nascera bastardo de mãe desconhecida⁷. O vínculo de seu pai à Casa de Bragança remontava ao avô de D. Duarte, D. Fernando de Eça que fora alcaide-mor de Vila Viçosa, o qual servira D. Afonso, 1º duque de Bragança⁸ (1377-1461) e tombara na conquista de Mombaça, em 1505, após servir em Arzila no tempo de Diogo Lopes Sequeira⁹. Mais remotamente, os Eças haviam-se dividido, ainda no final do século XIV, em dois ramos principais¹⁰: os presentes Eças, descendentes de D. Fernando de Eça, senhor de Bragança, e os Eças, alcaides-mores de Muge. No entanto, ambos partilhavam a mesma ascendência, na

² A mero título exemplificativo veja-se Maria Augusta Lima CRUZ, “As andanças de um degredado em terras perdidas: João Machado”, *Mare Liberum*, nº 5, 1993. Outros exemplos poderiam ser aduzidos para a primeira metade da centúria quinhentista sobretudo a partir do governo de Lopo Vaz de Sampaio (1515-1518), a partir do qual, como é sabido, muitos fidalgos se afastaram declaradamente do serviço da Coroa em proveito das suas carreiras pessoais (Cf. Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 199).

³ O estudo que se segue não pretende ser exaustivo dados os limites de extensão da presente comunicação. Procurou-se apenas reconstituir os momentos fundamentais da carreira de D. Duarte.

⁴ Cf. Cristóvão Alão de MORAES, *Pedatura Lusitana*, vol. V, Braga, Edições de Carvalho de Basto, 1998, p. 273.

⁵ Cf. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XI, Coimbra, Atlântida Editora, 1953, p. 388.

⁶ Cf. Felgueiras GAYO, *Nobiliário de famílias de Portugal*, tomo XIII, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 35.

⁷ Cf. C. A. de MORAES, *Pedatura... cit.*, vol. V, p. 273; A. C. de SOUSA, *História...cit.*, p. 399.

⁸ Cf. C. A. de MORAES, *Pedatura... cit.*, vol. V, p. 273.

⁹ Cf. A. C. de SOUSA, *História...cit.*, tomo XI, p. 387.

¹⁰ Ver genealogia I – Ascendência dos Eças (Séculos XIV-XV). Esta não inclui todos os descendentes dos Eças. Apenas se referem os que interessam directamente para este artigo.



qualidade de descendentes do Infante D. João, filho do rei D. Pedro I (1357-1367)¹¹, e de D. Maria Teles de Meneses.

Os irmãos de D. Duarte de Eça conheceram três destinos distintos¹². No primeiro grupo incluem-se os filhos de D. João de Eça que passaram a maior parte da sua vida no Reino e que conseguiram casar-se com elementos da nobreza provincial, seguindo o trilha do pai. É esse o caso do primogénito D. Vasco de Eça que, apesar de tudo, e ainda antes de herdar a alcaidaria-mor do pai, serviu na Índia. Encontrando-se em Cananor à morte do Governador D. Henrique de Meneses (1524-1526), foi capitão de Cochim durante o governo de Lopo Vaz de Sampaio (1526-1529), regressando ao Reino pouco depois, onde veio a ocupar o cargo de aposentador-mor do Infante D. Luís (1506-1555) e foi premiado com a comenda de São Salvador na Ordem de Cristo¹³. Tal como o pai, que procurara um casamento na nobreza provincial, D. Vasco casou-se com D. Guiomar da Silva, filha de Duarte de Azevedo, senhor do morgado de Olivais¹⁴. O secundogénito, D. Francisco de Eça, também poderá incluir-se neste grupo pois faleceu na Batalha dos Alcaides de 1514. A sua filha D. Helena de Eça, casou também com um membro da nobreza de província: Fernão de Castro, alcaide-mor de Melgaço¹⁵. Neste grupo incluem-se ainda as irmãs de D. Duarte: D. Beatriz de Eça, que casou com Estêvão Pereira, senhor do morgado de Cavaleiros e, D. Margarida de Eça, consorciada com João Mendes de Vasconcelos, senhor de Alvarenga¹⁶.

Apenas D. Pedro de Eça, o filho terceiro, seguiu a vida religiosa, sendo frade de São Jerónimo¹⁷, formando um segundo grupo. No terceiro grupo, encontram-se os restantes filhos de D. João de Eça, os quais sentiram necessidade de servir o rei no Estado da Índia. Além dos filhos de D. Vasco de Eça que também serviram no Oriente, neles encontrando a morte¹⁸, D. Fernando de Eça foi o que mais se destacou por ter passado à Índia com o Governador Nuno da Cunha (1529-1538), participando com Simão da Cunha na jornada de Adém, com António de Saldanha na destruição da costa guzerate e, finalmente, comandando um dos três esquadrões que conquistaram Baçaim. Terá falecido pouco depois na Índia¹⁹. Ainda na década de 1520, outro irmão rumou à Índia: D. João de Eça, que partiu nomeado capitão de Cananor

¹¹ Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, edição de António Machado de Faria, Academia Portuguesa de História, 1957, p. 233.

¹² Cf. Genealogia 2 – Ascendência e Descendência de D. Duarte de Eça (Século XVI).

¹³ Cf. A. C. de SOUSA, *História...* cit., tomo XI, pp. 401-402.

¹⁴ Cf. C. A. de MORAES, *Pedatura...* cit. vol. V, p. 273.

¹⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁶ Cf. F. GAYO, *Nobiliário...* cit., tomo XIII, p. 36.

¹⁷ Cf. C. A. de MORAES, *Pedatura...*, vol. V, p. 273.

¹⁸ É o caso do primogénito D. Duarte de Eça e do seu irmão D. Francisco de Eça que faleceu em duelo com D. António de Noronha, então futuro vice-rei da Índia (1571-1573). Cf. *Ibidem*.

¹⁹ Cf. A. C. de SOUSA, *História...* cit., tomo XII, p. 387.

em 1527 e faleceu pouco depois²⁰. Depois de D. Duarte de Eça partir para a Índia, em 1538, foi a vez do irmão, D. Manuel de Eça, iniciar a carreira oriental em 1548²¹. Certamente que os contactos dos irmãos na Índia explicam o casamento de D. Guiomar de Eça com o Governador Lopo Vaz de Sampaio (1526-1529)²² que, por essa via, se tornou cunhado de D. João de Eça.

2. Antecedentes de uma carreira conturbada (1538-1550)

Desta forma, ao embarcar para a Índia em 1538 na armada do vice-rei D. Garcia de Noronha (1538-1540)²³, D. Duarte de Eça, em termos familiares, não inovava. Como se constatou, durante o reinado de D. João III uma parte significativa dos descendentes de D. João de Eça rumaram a Oriente o que, por si só, evidencia a imensa teia de relações que devem ter estabelecido no Oriente, em especial, nas décadas de 1520 e 1530. Esta teia foi tornada visível na aliança matrimonial com um Governador da Índia deste período, ficando por esclarecer qual o tipo de relações que com ele estabeleceram²⁴. Sob a protecção distante mas eficaz dos Duques de Bragança²⁵, os Eças serviram o rei a Oriente, formando um grupo familiar com poder reivindicativo junto deste, alicerçado em serviços prestados e em mortes ao seu serviço. Estes factos, bem como a oportunidade de enriquecimento pessoal deverão ter sido decisivos para explicar a partida de D. Duarte de Eça, uma vez que a sua condição de bastardo, não legitimado de D. João de Eça, não lhe deverá ter oferecido qualquer tipo de garantia comparável à dos seus irmãos legítimos²⁶. Essa garantia até para os irmãos parecia ser quase nula pois também eles rumaram a Oriente, indício de que também eles sentiram dificuldade em consolidar ou adquirir posições consentâneas ao seu estatuto de nobreza no Reino. Neste particular, foi sintomática a necessidade do primogénito de servir no Oriente. Se no caso dos irmãos de D. Duarte estamos em presença de uma média nobreza, já no que toca a D. Duarte a

²⁰ Cf. *Ibidem*.

²¹ Cf. *Ibidem*.

²² Cf. *Ibidem*.

²³ Cf. *Ásia*, V, iii, 8.

²⁴ Não é propósito deste artigo apresentar um estudo completo das redes clientelares em que os Eças se movimentaram durante o reinado de D. João III. No entanto, alguns desses contactos serão mencionados adiante a propósito da análise da trajectória de D. Duarte de Eça.

²⁵ Sobre a intervenção brigantina no Oriente veja-se Mafalda Soares da CUNHA, “A Casa de Bragança e a Expansão, séculos XV-XVII” in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2001, pp. 303-320.

²⁶ Não foi emitida pela chancelaria de D. João III ou de D. Sebastião qualquer carta de legitimação para D. Duarte de Eça. Vejam-se ainda as considerações de Mafalda Soares da CUNHA “Portuguese nobility and overseas government. The return to Portugal (16th to 17th centuries)” in *Rivalry and conflict. European traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th centuries*, edição de Ernst van Veen e Lornad Blussé, Leiden, CNWS Publications, 2005, pp. 35-54 em torno do perfil social dos nobres que partiam rumo ao Oriente nos séculos XVI e XVII e que são bastantes concordantes para este caso. Esta autora salienta como a saída do Reino era muitas vezes encarada como uma forma de evitar maior despromoção social (Cf. *Ibidem*, p. 37), o que encaixa perfeitamente no caso de Eça, filho ilegítimo e não legitimado.



sua condição de bastardo não legitimado pressupunha uma automática despromoção social, apesar do inquestionável estatuto de nobreza da sua família de origem. Por esta razão, o consideramos um pequeno nobre ainda que fosse oriundo de uma família de média nobreza, que ascendera graças ao serviço à Casa Ducal de Bragança²⁷.

Apesar de chegado à Índia em 1538, D. Duarte não parece ter-se destacado desde muito cedo uma vez que, só em Outubro de 1542, surge pela primeira vez referenciado nas fontes, designadamente no ataque da armada a Baticala preparado pelo Governador Martim Afonso de Sousa (1542-1545)²⁸. Se bem que durante o governo de Sousa, D. Duarte não tenha tido acções de destaque, tal já não viria a suceder em tempos do Governador D. João de Castro (1545-1548), facto a que poderá não ser alheio o conhecido apoio da Casa de Bragança a este Governador²⁹. Aquando do segundo cerco de Diu, D. Duarte foi nomeado capitão de uma das fustas que deveria partir de Goa em socorro da fortaleza, sob o comando do capitão-mor D. Álvaro de Castro³⁰. Porém, Eça não deverá ter-se dirigido de imediato para Diu pois o capitão de Baçaim, D. Jerónimo de Noronha, encarregou-o do socorro naval que enviou a Diu em finais de Julho de 1546³¹. Posteriormente, devido à doença de D. Álvaro de Castro, como o próprio relata, assumiu o comando de uma estância em Diu e foi encarregue pelo capitão da praça, D. João Mascarenhas, de ir com sete fustas capturar os doze navios turcos que se preparavam para abastecer de mantimentos os guzerates, acabando por capturar três navios³².

²⁷ Considera-se a família de D. Duarte de Eça de média nobreza por ter ascendido graças ao serviço à Casa de Bragança e não por serviços prestados directamente à Casa Real. Como é sabido, o privilégio de concessão de nobreza por parte de qualquer casa senhorial, neste caso da de Bragança, era bem mais limitado que aquele que a Coroa poderia oferecer. Derivada desta consideração e atendendo às múltiplas zonas de fluidez que caracterizam o espaço nobiliárquico nesta época (Cf. Mafalda Soares da CUNHA, “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)” in *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*, organização de Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, p. 76), considera-se D. Duarte como um pequeno nobre, apesar de ter nascido filho de um alcaide-mor, o que à partida o colocaria num estatuto superior da nobreza. Relembre-se, no entanto e uma vez mais, que era bastardo e que nunca fora legitimado.

²⁸ Cf. Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. II, edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1979, livro IX, cap. XXXI, p. 942.

²⁹ Cf. Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo CRUZ, *As Regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. I, Lisboa, INCM, 1992, pp. 47-48. Esta autora realça ainda como a generalidade da linhagem Castro fazia parte da clientela da Casa de Bragança no reinado de D. João III.

³⁰ Cf. D. Fernando de CASTRO, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, transcrição e notas de Luís de Albuquerque e Teresa Travassos Cortez da Cunha Matos, Tomar, CNCDP, 1995, Parte I, cap. 30, p. 196; Carta de D. João de Castro a D. João III, Diu, 16.XII.1546 – PUB. Elaine SANCEAU (ed.), *Cartas de D. João de Castro*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, doc. XLIII, p. 252.

³¹ Cf. Carta de D. Jerónimo de Noronha a D. João de Castro, Baçaim, 26.VII.1546 – PUB. Elaine SANCEAU (ed.), *Colecção de São Lourenço*, vol. III, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975, doc. 22, pp. 155-156.

³² Cf. D. Duarte de EÇA, *Relação dos Governadores da Índia (1571)*, edição de R. O. W. Goertz, Calgary, University Services, 1979.

Possivelmente desta altura será a única carta que se conhece de D. Duarte de Eça, não datada, dirigida a D. Álvaro de Castro, pedindo abastecimentos para poder partir na missão que lhe fora confiada³³. Contudo, a carta poderá também ser de finais de 1547 pois é conhecida uma missiva que o Governador D. João de Castro escreveu ao filho, solicitando que este convencesse D. Duarte de Eça a entregar um navio para preparar uma jornada³⁴, na qual Eça participou. Essa campanha foi o ataque a Ceitapor em inícios de 1548³⁵. Apesar da sua ligação a D. Álvaro e a D. João de Castro e da relação clientelar que desenvolveu com o primeiro³⁶, D. Duarte de Eça não foi agraciado pelo Governador na sequência do levantamento do cerco a Diu³⁷. Não obstante, foram esses mesmos serviços que lhe valeram a nomeação régia para a capitania de Ternate, feita em Lisboa a 30 de Janeiro de 1550³⁸, numa fase em que D. Duarte desaparece de novo das fontes, sabendo-se apenas que teria acompanhado o Governador Garcia de Sá (1548-1549) ao Norte, em 1549, quando este assinou as pazes com o sultanato guzerate³⁹. A renovada ausência de D. Duarte de Eça após o fim do governo de D. João de Castro poderá estar ligada ao facto do fidalgo não ter qualquer relação directa, que seja conhecida, com os governadores Garcia de Sá e Jorge Cabral (1549-1550), tal como já ocorrera com os governadores D. Estêvão da Gama (1540-1542) e Martim Afonso de Sousa, ideia esta que se torna mais verosímil tendo em conta que, até 1550, não se conhecem nomeações régias endereçadas a D. Duarte.

3. O capitão duas vezes deposto (1551-1560)

A década de 1550 marcou uma nova fase na trajectória de D. Duarte. Enquanto nos anos imediatamente anteriores, Eça tinha iniciado uma tímida ascensão, visível na crescente importância das missões realizadas durante o governo de D. João de Castro, durante a década de 1550, os mandatos de que foi empossado foram bem mais relevantes que os anteriores. Foi também neste período que as relações pessoais e clientelares que estabeleceu foram mais visíveis e decisivas para o seu posterior destino.

Após a malograda expedição do vice-rei D. Afonso de Noronha à ilha da canela, em 1551, na qual os Portugueses, a pretexto de socorrerem os seus aliados de Kotte, auxiliando-os na

³³ Cf. Carta de D. Duarte de Eça a D. Álvaro de Castro, s.l., s.d. – PUB. *Colecção de São Lourenço*, vol. II, doc. 131.

³⁴ Cf. Carta de D. João de Castro a D. Álvaro de Castro, Benasterim, XII.1547 – PUB. *Cartas de D. João de Castro*, doc. LXIX, p. 369.

³⁵ Cf. D. F. de CASTRO, *Crónica...* cit., Parte II, cap. 72, p. 488.

³⁶ Veja-se a forma como se dirige a D. Álvaro de Castro na referida carta. Cf. nota 33.

³⁷ Assim se conclui da análise do apêndice publicado na *História Quinhentista do Segundo Cerco de Diu*, edição de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

³⁸ Cf. *Registo da Casa da Índia*, vol. I., edição de Luciano Ribeiro, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 66, fl. 56v.

³⁹ Cf. *Ásia*, VI, vii, 4.



guerra contra Sitawaka, pilharam tudo o que puderam aos seus aliados e inimigos, o vice-rei decidira-se a erigir nova fortaleza em Colombo⁴⁰. Sem o saber dava então início a uma nova fase da presença lusa na região⁴¹. Como capitão deixara D. João Henriques, seu servidor, com ordens para erigir a fortaleza. Para auxiliar D. João Henriques, o vice-rei Noronha deixara ao seu dispor uma armada de dez navios de remo. D. Duarte de Eça era um dos capitães desses navios⁴² pelo que pode depreender-se que teria passado a Ceilão com o vice-rei naquela polémica expedição, preparada durante parte do ano de 1551.

Nos inícios de 1552, Eça foi espectador atento de tudo quanto se passou, desde a sucessão de Diogo Melo Coutinho, em Abril de 1552, na capitania de Colombo, por falecimento de D. João Henriques, passando pela sucessão de Dharmapala e a prisão do seu pai, Vidiye Bandara, esta última levada a cabo por Coutinho. Em data incerta, ausentou-se da ilha e foi a Goa, possivelmente chamado pelo vice-rei que deveria querer controlar à distância os acontecimentos do frágil reino de Kotte. Ao partir de novo para a ilha, em Outubro de 1552, acompanhado do amigo Padre Emanuel de Morais⁴³, D. Duarte ia nomeado capitão de Colombo e provavelmente encarregue de manter a prisão de Vidiye Bandara, facto que se depreende pela sua insistência em não aceder aos pedidos de Dharmapala para libertar o seu pai⁴⁴. Uma vez chegado à ilha, D. Duarte reforçou a prisão de Bandara assim que soube das tentativas dos Franciscanos para o converterem ao Cristianismo, cortando a sua comunicação com aquele príncipe e enviando “logo recado ao Viso-Rey do que era passado”⁴⁵. Estes dados convidam a pensar que D. Duarte de Eça foi o homem de mão escolhido pelo vice-rei para levar a cabo uma missão que tanta polémica gerou. Não será de descartar a possibilidade de uma ligação anterior ao vice-rei, a qual as fontes não permitem datar.

Após resistir aos pedidos de Dharmapala para libertar o seu pai, D. Duarte, a custo, aceitou ajudar o monarca de Kotte na sua jornada contra Mayadunne, soberano de Sitawaka, jurando sob um missal que lhe enviaria portugueses em seu socorro⁴⁶. Porém, chegada a hora da acção, D. Duarte apenas enviou parte dos homens, usando o mesmo argumento que o vice-rei

⁴⁰ Cf. *Ásia*, VI, ix, 18. Para mais pormenores sobre a expedição: Nuno VILA-SANTA, *D. Afonso de Noronha e o seu Vice-Reinado da Índia (1550-1554) (no prelo)*, Lisboa, CHAM, 2011, pp. 86-90.

⁴¹ Cf. Zoltán BIEDERMANN, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2005, pp. 332 e 339.

⁴² Cf. *Ásia*, VI, ix, 18.

⁴³ Cf. Carta do Padre Emanuel de Morais aos irmãos de Coimbra, Colombo, 28.XI.1552 – PUB. Joseph WICKI (ed.), *Documenta Indica*, vol. II, Roma, Monumenta Historica Societa Iesu, 1950, doc. 100; D. D. de Ela, *Relação...cit.*, p. 9.

⁴⁴ Cf. *Ásia*, VI, x, 7.

⁴⁵ Cf. *Ásia*, VI, x, 12, p. 479.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 481.

anteriormente utilizara: não lhe fora pago o dinheiro suficiente para preparar todos os homens⁴⁷. Eça, mais uma vez não inovando em relação à anterior política vice-real, carteara-se com Mayadunne⁴⁸, acabando a guerra por prosseguir durante o ano de 1553 e já depois da deposição de D. Duarte⁴⁹, quando lhe sucedeu o alcaide-mor Fernão de Carvalho. Apesar de tudo, a acção do capitão não foi somente negativa uma vez que durante a sua capitania, foi criado um hospital na ilha⁵⁰. Entretanto, na armada da Índia de 1553, D. Afonso de Noronha fora alvo de uma reprimenda régia pelo seu comportamento na jornada de 1551 e dera ordem de regresso a D. Duarte⁵¹. Algo contraditório, Diogo do Couto deixa subentendido que Eça foi deposto por se cartear com Mayadunne e não tanto em virtude da reprimenda régia ao vice-rei⁵². O relato do Padre Fernão de Queyroz não ajuda à cabal explicitação dos factos pois situa todos os acontecimentos no vice-reinado de D. Pedro Mascarenhas (1554-1555), atribuindo a Eça a responsabilidade por ter forçado o vice-rei a ordenar a prisão de Vidiye Bandara e afirmando que faleceu em delírio antes de ser deposto⁵³. Apesar das erradas informações que transmite há um dado que poderá ter sucedido: a promessa do vice-rei de arranjar casamento honrado para D. Duarte⁵⁴.

Com os dados disponíveis é difícil afiançar em absoluto o que se terá passado mas parece certo que tendo Eça ordem vice-real, em inícios de 1554, para ir para as Molucas⁵⁵, tal só pode significar que o vice-rei procurava encobrir o caso de D. Duarte perante a Coroa pois ele próprio poderia estar comprometido com as ordens que lhe dera. Relembre-se que a política de D. Afonso de Noronha face a Ceilão constituiu o seu ponto fraco onde os oponentes deste vice-rei, desde sempre, o atacaram, procurando abatê-lo politicamente⁵⁶. Nesta perspectiva, ao vice-rei não seria vantajoso que o caso de D. Duarte chegasse ao conhecimento directo do rei pois isso poderia afectar o seu próprio destino pessoal. Além disso, as semelhanças entre as políticas por ambos seguidas não nos parecem ser uma mera coincidência fabricada pelo acaso. Eça deveria ter ordens do vice-rei, que não se conhecem, e deveria estar ciente dos

⁴⁷ Cf. *Ibidem*.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 484. O vice-rei Noronha, em plena campanha contra Sitawaka, carteara-se com Mayadunne, sendo mais tarde afirmado que decidira não o perseguir pelas cartas que com ele trocava.

⁴⁹ Cf. Carta do Padre Henrique Henriques a Inácio de Loyola, Punicale, 25/31.XII.1555 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 73.

⁵⁰ Cf. Carta de Frei António Dias ao Padre Gaspar Barzeus e irmãos de Goa e Coimbra, Colombo, 15.XII.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 108, p. 524.

⁵¹ Cf. *Ásia*, VI, x, 14.

⁵² Cf. *Ásia*, VI, x, 12, p. 484.

⁵³ Cf. Padre Fernão de QUEYROZ, *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, vol. I, Colombo, H. O. Cottle, Government Printer, 1916, livro 2, caps. 21-22.

⁵⁴ Cf. *Ibidem*, cap. 21, p. 247.

⁵⁵ Cf. *Ásia*, VI, x, 18.

⁵⁶ Cf. N. VILA-SANTA, *D. Afonso...* cit., pp. 119-124.



problemas que delas poderiam advir caso não tivesse o seu apoio tácito, razão pela qual terá preferido manter-se sob a sua protecção. A atitude do fidalgo parece demonstrar que se constituía o pleno representante dos interesses do vice-rei na região. Registe-se ainda que não é conhecida qualquer nomeação régia para o Ceilão referente a D. Duarte de Eça, o que significa que, neste caso e com toda a probabilidade, o provimento do fidalgo foi resultado de uma escolha pessoal do vice-rei. Esta situação pode também explicar a provável permanência de D. Duarte, em Goa, durante o ano de 1554, pois foi o vice-rei D. Pedro Mascarenhas quem enviou Eça para Ternate, em Abril de 1555, com o primo D. Jorge de Eça, então nomeado capitão-mor da carreira das Molucas⁵⁷.

A nomeação de D. Duarte de Eça para as Molucas além de plena de consequências políticas para a História daquela região, bem à semelhança do que ocorrera em Ceilão, implicou uma promoção para o fidalgo. Pela primeira vez em dezassete anos de serviço na Índia, D. Duarte partia para uma capitania oficialmente nomeado pelo rei e não empossado informalmente de uma missão, como até então. A capitania para a qual partia era distante e era largamente sabido que os capitães de Ternate tinham uma margem de manobra e de acção bem maior do que os capitães de fortaleza da Índia, de Ormuz ou até de Malaca. Esta circunstância não deverá ser ignorada pois Eça teve-a sempre presente em todos os momentos da sua actuação nas Molucas.

Apesar da capitania de D. Duarte neste arquipélago ter presidido ao período de declínio da presença portuguesa em Ternate⁵⁸, não poderá descurar-se que, à sua chegada, já se sentiam ventos de mudança⁵⁹. O crescente domínio territorial do sultão Hairun de Ternate, a ruptura política por este operada face à anterior política religiosa, contemporizadora entre cristãos e muçulmanos, bem como os crescentes contactos com Japarâ e o Achém⁶⁰, constituíam motivos de sobra para preocupar os Portugueses. Eça serviu-se desses argumentos para justificar as suas acções mas, contrariamente ao que sucedera em Ceilão, desta vez não lograria escapar à justificação das suas acções junto da Coroa.

Os motivos que justificam a prisão do sultão Hairun e do seu irmão pelo capitão D. Duarte de Eça e que originaram a guerra e a deposição de Eça, são variados e não podem resumir-se a

⁵⁷ Cf. *Ásia*, VII, i, 7.

⁵⁸ Para uma iniciação à temática veja-se: Manuel LOBATO, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 107-112.

⁵⁹ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, “O assassinio do rei de Maluco: reabertura de um processo” in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente* (actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa), edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CNPCDP, 1993, p. 524. A autora associa esses ventos de mudança à carta que Francisco Palha, homem experiente das Molucas, escreveu ao rei. Nesta alertava para os ressentimentos e perigos de não castigar os abusos do capitão Jordão de Freitas.

⁶⁰ Cf. M. LOBATO, *Política...* cit., pp. 109-111.

apenas um. Cada interveniente narrou a sua versão sobre os acontecimentos, o que torna difícil discernir o que mais se aproxima da verdade histórica, particularmente tendo em conta a radicalização de posições e os interesses em presença. No entanto, não se deve abstrair que a decisão de D. Duarte de Eça, ao contrário do que algumas fontes insistem em imputar, não foi tomada unicamente com base em motivações pessoais. D. Duarte, sem dúvida, jogou com os anseios dos religiosos, moradores e oficiais presentes na região, os quais detinham motivos políticos e religiosos para desconfiar das intenções do sultão Hairun.

Desde logo, a conversão ao Cristianismo do rei de Bacan, verdadeiro golpe na estratégia político-religiosa de Hairun, é um dos argumentos que habitualmente se invoca para justificar a prisão do rei⁶¹. É não só sabido que D. Duarte de Eça procurou tratar do assunto secretamente, recorrendo ao Padre António Vaz⁶², sem dele dar conhecimento a Hairun por temer a reacção deste⁶³ como ainda que o sultão escrevera àquele rei, propondo a morte de todos os Portugueses, através de uma aliança regional que o monarca de Bacan rejeitou⁶⁴. Este último facto veio a lume já durante o cerco de Ternate, nos anos de 1557-1558⁶⁵. Em todo o caso, as influências de religiosos na decisão de D. Duarte não devem ser descartadas pois é conhecida a intervenção de D. Duarte na gestão de assuntos religiosos que se encontravam fora da sua jurisdição de capitão. Fruto disso, foi acusado de responsabilidade moral pelo martírio do reitor do colégio jesuíta de Ternate, Padre Afonso de Castro⁶⁶, ocorrido durante o cerco em 1558, quando este se encontrava em Moro. Anteriormente as disputas que o jesuíta Castro tivera com o Padre António Vaz haviam sido apoiadas pelo capitão que via no segundo um melhor candidato àquela reitoria⁶⁷, o que teria sido suficiente para explicar as perseguições do capitão ao Padre Afonso de Castro⁶⁸ e que indirectamente justificavam o seu

⁶¹ Cf. *Ibidem*, p. 111; Maria Odete Soares MARTINS, *A Missionaço nas Molucas no século XVI; contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002, p. 158.

⁶² Este fora enviado secretamente pelo capitão quando tomou conhecimento da disposição do rei de Bacan para aceitar a fé cristã. Cf. Carta do Padre Luís Fróis aos irmãos lusitanos, Goa, 14.XI.1559 – PUB. *DI*, vol. IV, p. 348. Posteriormente foi pedir, em nome do capitão, ajuda para o cerco. Cf. *Ásia*, VII, iv, 7.

⁶³ Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente...cit.*, p. 392.

⁶⁴ A notícia fora transmitida por Fernão Osório que iria levar para Ternate as cartas para mostrar a D. Duarte de Eça. Cf. Carta de Fernão Osório a Frei Francisco Vieira, Bacan, 1.I.1558 – PUB. Hubert JACOBS (ed.), *Documenta Malucensia*, vol. I, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974, doc. 69, p. 223.

⁶⁵ Fernão Osório chegara a Ternate durante o cerco. Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, p. 405.

⁶⁶ Segundo o Padre Francisco Vieira, o Padre Afonso de Castro não teria morrido “se o capitão fora amigo do Padre”. Cf. Carta do Padre Francisco Vieira aos irmãos lusitanos, Ternate, 9.III.1559 – PUB. Artur Basílio de SÁ (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente (Insulndia)*, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, doc. 50, p. 317. Na mesma carta afirma que foi caluniado e infamado por um capitão tirano que deverá ser D. Duarte de Eça (*Idem*, p. 315), embora mais tarde D. Duarte tenha pensado em pedir conselhos seus durante o cerco (Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente...cit.*, pp. 404-405).

⁶⁷ Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente... cit.*, pp. 384-385.

⁶⁸ Cf. Carta do Padre Francisco Vieira a Diego Lainez, Ternate, 13.II.1558 – PUB. *Documenta Malucensia*, vol. II, doc. 72, pp. 233-234.



óbito. “Fidalgo de condição tam aspera & tam malquisto de todos”⁶⁹, apesar de devoto e zeloso, D. Duarte decidira-se a prender Hairun, em serviço do rei de Portugal, por temer o massacre dos cristãos de Moro e Amboíno às suas mãos⁷⁰. Apesar da sua alegada devoção, Eça, tal como sucedera em Ceilão, não tivera compaixão do soberano colocado em dura prisão e nem sequer cedera à sua tentadora proposta de conversão e de casar o seu herdeiro em Goa⁷¹. Tal não implicava que anteriormente o capitão não tivesse sido inicialmente cúmplice do sultão na estratégia deste de fingir que nada sabia sobre as perseguições dos cristãos⁷².

Segundo a versão tradicional o capitão, que era “teimoso, forte, e trabalhoso de condição”⁷³, decidira logo que chegara a Ternate, em Novembro de 1555, apossar-se do cravo da ilha de Maquiem, utilizado por Hairun para manter a sua Casa⁷⁴. A sua cobiça fora alimentada por “mãos homens, que accendêram mais este fogo”⁷⁵ e que, perante a recusa de Hairun em lhe dar aquele cravo, tinham convencido o capitão a prender o sultão. Para reforçar mais a sua argumentação, Eça afirmou então que tinha conhecimento da aliança que Hairun preparava com Japarâ para atacar os Portugueses e prendeu o soberano⁷⁶. Impiedoso com o monarca preso em condições tidas por bárbaras⁷⁷, só acedera, após muita pressão e indignação geral, aos insistentes pedidos da Misericórdia para alimentar Hairun e o seu irmão. Mas, mesmo assim, não desistira de os tentar matar, já não pela fome, mas agora por envenenamento⁷⁸. A sua intenção não era outra senão a de “se fazer senhor de todo aquelle Reyno”⁷⁹. Para tal, o capitão dispunha ainda de homens da sua confiança que atacavam os domínios do sultão recluso, possivelmente os mesmos que o haviam convencido a aprisionar o sultão. Também não se coibira de tentar apossar-se do cravo que o primo e capitão-mor da carreira, D. Jorge de Eça, iria juntar no ano de 1557⁸⁰, embora esta versão da cobiça do capitão não se enquadre

⁶⁹ Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente... cit.*, p. 395.

⁷⁰ Cf. Carta do Padre Francisco Vieira a Diego Lainez, Ternate, 13.II.1558 – PUB. *Documenta Malucencia*, vol. II, doc. 72, p. 235-236.

⁷¹ Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente... cit.*, p. 406.

⁷² Cf. M. O. S. MARTINS, *A missionação... cit.*, p. 158.

⁷³ Cf. *Ásia*, VII, iv, 7, p. 327.

⁷⁴ Cf. *Ibidem*.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*. Isto apesar de Hairun se ter mostrado cooperante com os Portugueses, à chegada de D. Duarte, ao ajudar pessoalmente à construção de um baluarte da fortaleza. Cf. *Historia das ilhas de Maluco escrita no ano de 1561 – PUB. DHMPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 35, p. 494.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, p. 328.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p. 330.

⁷⁸ Cf. *Historia das ilhas de Maluco escrita no ano de 1561 – PUB. DHMPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 35, p. 495.

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 331.

⁸⁰ Cf. António Pinto PEREIRA, *História da Índia no tempo em que a governou o Visorei Dom Luís de Ataíde*, introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, INCM, 1984, livro 1, cap. XXV.

nos factos conhecidos. Na realidade, nesse ano D. Duarte nomeou o primo capitão-mor do mar das Molucas para fazer face à ameaça das armadas de Ternate e Tidore⁸¹.

Noutras versões, a prisão de D. Duarte é justificada pela sua suspeita de que Hairun o queria matar⁸². Também houve quem alegasse que Eça decidira-se a prender o sultão porque, logo chegado, começara a vender todos os seus bens e quando estes se esgotaram decidira-se pelo cárcere⁸³, numa estratégia em tudo semelhante à do vice-rei D. Afonso de Noronha em Ceilão, esperando que face às condições de uma prisão humilhante e desesperante os detidos revelassem a localização de mais riquezas. O denominador comum de todos os relatos é a descrição do mau tratamento que o capitão infligiu a Hairun enquanto este esteve preso, unanimemente considerado indigno de um bom cristão. Porém, lembre-se que estas descrições não são novas pois com Vidiye Bandara sucedera exactamente o mesmo.

Independentemente do motivo ou motivos que levaram D. Duarte de Eça a tomar a decisão de prender Hairun, haverá que assinalar que o método não era novo⁸⁴, o que era aliás referido pelo próprio Hairun que via em Eça o sucessor do capitão Jordão de Freitas⁸⁵ que, na década de 1540, tinha prendido e deposto o sultão. Por isso, dizia que D. Duarte entrara “mui bravo pera mim”⁸⁶, reconhecendo que este ainda fora mais longe que Freitas pois “huzou comiguo ho que nom fizerão hos houtros atras”⁸⁷. Apesar disso, insistia que D. João III não tinha culpa de nada do que ali se passava, razão pela qual mantinha a sua fidelidade ao rei de Portugal⁸⁸. Quando a guerra estalou devido à insistência do capitão em não libertar Hairun, D. Duarte dispunha de apenas 40 homens para a defesa⁸⁹, antes de lhe chegarem os reforços do primo D. Jorge de Eça vindos de Malaca, facto este que explica a necessidade de restaurar o título real ao soberano de Geilolo. Este, que era um tradicional inimigo dos Portugueses e fora derrotado por Bernardim de Sousa em 1550-51, foi naquele momento utilizado para conseguir abastecer a fortaleza e aguentar o cerco⁹⁰. Na verdade, o cerco só fora sustentável durante um ano,

⁸¹ Cf. *Ásia*, VII, v, 3.

⁸² Cf. *Historia das ilhas...* – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 34, p. 303.

⁸³ Trata-se de uma carta de Francisco Palha ao rei na qual este afirma que D. Duarte de Eça agia com base em interesses pessoais. Cf. Carta de Francisco Palha a D. João III, s.l., s.d. – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. II, doc. 7, pp. 45-47.

⁸⁴ Cf. M. LOBATO, *Política...*cit., p. 107. Este autor salienta como já anteriormente era comum a prisão do rei de Ternate.

⁸⁵ Trata-se de uma carta de Hairun escrita ao rei e que fora anexa à enviada por Francisco Palha. Cf. Carta de Hairun a D. João III, s.l., s.d. – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. II, doc. 7, pp. 43-44.

⁸⁶ Cf. *Ibidem*, p. 43.

⁸⁷ Cf. *Ibidem*.

⁸⁸ Cf. *Ibidem*, p. 44.

⁸⁹ Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente...*cit., p. 405.

⁹⁰ Cf. *Ásia*, VII, iv, 7.



desde a prisão de Hairun, em Dezembro de 1557⁹¹, até à deposição de Eça, em Dezembro de 1558⁹², pois D. Duarte contou com o apoio de diversos reinos locais. Deve merecer destaque a política diplomática seguida pelo capitão neste período, em particular a forma como captou diversos apoios. Não obstante, a batalha naval entre os Portugueses e as forças de Ternate foi inconclusiva⁹³, o que acabou por ditar que os moradores decidissem depor D. Duarte. O capitão “do qual todo o mundo se queixa”⁹⁴ insistia em não libertar Hairun e não se preocupava com os anseios dos moradores que temiam morrer de fome⁹⁵. Também não se deixara impressionar pelos 60 portugueses e 1000 nativos mortos⁹⁶ nem pela total perda da carga do cravo⁹⁷ durante a guerra.

Mas, se bem que estes tenham sido os argumentos utilizados pelos moradores, liderados por Henrique de Lima, para depor D. Duarte certamente existiria uma motivação ainda mais forte: o receio de que a guerra santa que se estava a travar⁹⁸ pudesse terminar da pior forma, como veio a confirmar-se em 1575, com a expulsão dos Portugueses da ilha. Tal como quando o capitão Eça decidiu prender Hairun, influenciado por pessoas que as fontes não permitem identificar, também para a sua deposição existiu, desde o início, a suspeita de que algumas pessoas não identificadas tinham convencido os moradores a agir daquela forma⁹⁹. Ironicamente para Eça, foi preso no dia de Natal quando se encontrava na missa e, segundo as fontes, mesmo depois de detido, rejeitava que não o encarassem como capitão legítimo da fortaleza¹⁰⁰, talvez porque nomeado pelo rei, o que viria a ditar tudo o que se sucedeu em seguida. A deposição de D. Duarte de Eça acabou, assim, por ser a sequência natural dos acontecimentos, embora o problema de saber quem lhe iria suceder interinamente até nova nomeação vinda de Goa se tenha colocado de imediato. D. Jorge de Eça e António Pereira Brandão, participantes activos na inconclusiva batalha naval contra a armada de Ternate,

⁹¹ Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente... cit...*, p. 395.

⁹² Cf. *Ibidem*, p. 406; Carta do Padre Francisco Vieira aos irmãos lusitanos, Ternate, 9.III.1559 – PUB. *Documenta Malucensia*, vol. I, pp. 276.

⁹³ Cf. *Ásia*, VII, v, 3.

⁹⁴ Cf. Carta do irmão Francisco Jorge aos irmãos lusitanos, Cochim, 3.II.1562 – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. II, doc. 43, pp. 431-432.

⁹⁵ Carta do Padre Francisco Vieira aos irmãos lusitanos, Ternate, 9.III.1559 – PUB. *Documenta Malucensia*, vol. I, pp. 278.

⁹⁶ Cf. Carta do Padre Francisco Vieira aos irmãos lusitanos, Ternate, 9.III.1559 – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. II, doc. 50, p. 332.

⁹⁷ Cf. *Historia das ilhas...* – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 34, p. 303.

⁹⁸ Cf. M. LOBATO, *Política...cit...*, p. 116.

⁹⁹ Cf. *Historia das ilhas...* – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 34, p. 298.

¹⁰⁰ Devido à acusação que D. Duarte fez a António Pereira Brandão e que será tratada em seguida.

havam sido sondados para aceitar o cargo¹⁰¹, acabando o último por aceder, totalmente¹⁰² ou sob condições¹⁰³, consoante as diferentes versões.

Em todo o caso, há que realçar que imediatamente após a deposição de D. Duarte de Eça e a libertação de Hairun, a guerra cessou após a promessa portuguesa de não voltar a aprisionar o soberano. O monarca de Ternate mostrou-se, então, magnânimo e oficialmente perdoou as ofensas que lhe tinham sido feitas por considerar Eça o único responsável. Contudo, as feridas abertas pela capitania de D. Duarte não chegaram a sarar até ao assassinato de Hairun, em 1570. Nessa data, bastantes partidários da morte do sultão retomaram os argumentos usados por D. Duarte de Eça para legitimarem a sua opinião. Isto mesmo explica que Diogo do Couto e António Pinto Pereira tenham associado os acontecimentos da capitania de Eça aos decorridos em 1570-75, encarando-os como uma espécie de antecâmara previsível do desenlace final da presença lusa em Ternate¹⁰⁴. De um prisma pessoal, Eça, independentemente das suas motivações, acabou, tal como em Ceilão, por ser deposto, a contra gosto, e por ficar na situação oposta à que para si desejava: pobre e com a sua honra manchada.

4. Uma carreira rejuvenescida: D. Duarte e a capitania de Goa (1561-1578)

Após a sua deposição e prisão, em Dezembro de 1558, tudo indica que D. Duarte continuava a ser, formalmente o capitão da fortaleza de Ternate, pese embora não exercesse a capitania. Aliás, o problema do exercício da capitania durante o tempo em que esteve preso foi uma questão que não tardou a utilizar em seu favor. Para os moradores que o tinham deposto a situação também não era fácil. Teriam que explicar ao rei que tinham deposto um capitão por si nomeado e, como seria de esperar, as versões justificativas do acto seriam divergentes, como, aliás, já foi constatado. Esta mesma consciência explica o motivo pelo qual D. Jorge de Eça e António Pereira Brandão tentaram não aceitar a incumbência do cargo de capitão interino. Neste sentido, até ao embarque em ferros de D. Duarte de Eça para a Índia a situação não poderá deixar de ter sido incómoda para todos os intervenientes em Ternate.

Ainda antes de ser deposto Eça enviara missivas à Índia e a Malaca, narrando o cerco e os seus motivos, embora já antes de ser preso se encontrasse totalmente desacreditado porque se por um lado, acusava Hairun de “crimes que elle nunca cometteo”¹⁰⁵, por outro, “não faltou

¹⁰¹ Cf. *Ásia*, VII, v, 3.

¹⁰² Cf. A. P. PEREIRA, *História...cit.*, livro 1, cap. XXV; P. F. de SOUSA, *Oriente... cit.*, pp. 407-408; Cf. *História das ilhas... – PUB. DHMPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 34, p. 298; Carta de D. Jorge de Eça a D. Catarina, Malaca, 23.X.1561 – ANTT, CC I-105-42, fl. 1v.

¹⁰³ Segundo Couto apenas aceitara vigiar a artilharia. Cf. *Ásia*, VII, v, 3.

¹⁰⁴ Cf. *Ásia*, VII, iv, 7; A. P. PEREIRA, *História... cit.*, livro 1, cap. XXV.

¹⁰⁵ Cf. *Ásia*, VII, iv, 7, p. 333.



também quem escrevesse a verdade”¹⁰⁶. Esta situação explica parcelarmente a atitude do vice-rei D. Constantino de Bragança que, ao nomear o novo capitão de Ternate, Manuel de Vasconcelos, o fez acompanhar de uma carta para o sultão Hairun onde manifestava contentamento pela sua libertação e prometia castigar D. Duarte de Eça¹⁰⁷. Contudo, ainda antes de enviar o fidalgo para o Reino onde previsivelmente seria julgado, o vice-rei Bragança hesitara no destino a dar a Eça. O seu primo D. Jorge de Eça¹⁰⁸ tivera sentença de morte por si ordenada “não por desserviços que tenha feito a S.A. senão por amor de dom Duarte que foi criado [do] duque seu pai”¹⁰⁹ e “porque não pode requerer contra ho povo me incriminou de pagar eu por todos”¹¹⁰. Face à drástica tomada de posição do vice-rei, D. Jorge fugira para Malaca de onde apelava à Rainha regente para lhe revogar a pena atendendo aos seus 23 anos de serviço no Oriente¹¹¹.

A queixa de D. Jorge de Eça não pode ser desligada do destino de António Pereira Brandão, o qual, à luz da maioria das fontes, aceitara exercer interinamente a capitania de Ternate¹¹². D. Duarte de Eça acusara-o de conspirar para o depor da capitania¹¹³, argumento que se afiguraria forte aos olhos do rei na hora do julgamento, tendo em conta aquele último facto. Brandão acabaria por ser obrigado a restituir a D. Duarte de Eça os ordenados da capitania em falta e foi enviado para o Monomotapa com o Governador Francisco Barreto, em 1569, após D. Sebastião lhe comutar o degredo em África¹¹⁴. Segundo outra versão, que se crê mais provável, chegara a ser condenado à morte e apenas as provisões que conservara de Ternate, o salvaram desse destino. Mas, mesmo assim, não se livrara da jornada ao sertão africano¹¹⁵. O processo judicial, decorrido já no Reino, provavelmente nos anos de 1564-66, terá sido polémico pois Brandão alegava que fora D. Duarte quem lhe pedira para assumir a capitania antes de ser deposto¹¹⁶.

Sem prejuízo de quem dizia a verdade neste caso, um factor de peso na decisão que viesse a ser tomada, poderia ser as ligações na corte e as redes clientelares de cada um destes fidalgos. Ora, como referido por D. Jorge de Eça, o facto de D. Duarte ter servido os duques de Bragança e ainda a circunstância do duque D. Jaime ter interferido em favor do Governador

¹⁰⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁷ Cf. *Ásia*, VII, vii, 3.

¹⁰⁸ Cf. Genealogia 1 – Ascendência dos Eças (Séculos XIV-XVI).

¹⁰⁹ Cf. Carta de D. Jorge de Eça a D. Catarina, Malaca, 23.X.1561 – ANTT, CC I-105-42, fl. 1v.

¹¹⁰ Cf. *Ibidem*.

¹¹¹ Cf. *Ibidem*.

¹¹² Cf. notas 102 e 103.

¹¹³ Cf. *Ásia*, VII, vii, 3.

¹¹⁴ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁵ Cf. P. F. de SOUSA, *Oriente...* cit., pp. 406-408.

¹¹⁶ Cf. *Ásia*, VII, vii, 3.

Lopo Vaz de Sampaio aquando do seu regresso em desgraça ao Reino, precisamente devido ao parentesco deste com D. João de Eça, pai de D. Duarte e um dos criados de maior valia do duque D. Jaime¹¹⁷, apontam para que, também neste caso, a Casa de Bragança tenha procurado proteger um dos seus apaniguados. Além disso, a própria atitude contraditória do vice-rei D. Constantino de Bragança parece indicar que terá preferido remeter o julgamento para a Coroa, abstendo-se de tomar uma posição formal e oficial enquanto procurava encaminhar uma decisão favorável a D. Duarte, elegendo D. Jorge de Eça como bode espiatório do que se passara. Este último clamava inocência na alegada conspiração para depor o primo¹¹⁸.

Também não será de descartar o apoio do vice-rei D. Afonso de Noronha a D. Duarte de Eça e, com ele, o da Casa da Vila Real, uma vez que ao ex-vice-rei que por então obtinha a confirmação do cargo de Governador da Casa da Infanta D. Maria, após um atribulado processo de não outorga formal da mercê¹¹⁹, não conviria que viessem a lume, as antigas polémicas sobre a jornada do Ceilão de 1551. Além disso, ainda na Índia, D. Duarte contara com o apoio nesta demanda do influente Padre Diogo Bermudes, Provincial Dominicano, que também escrevera à Regente D. Catarina apelando a que fizesse mercê a D. Duarte de Eça pois este regressava pobre, doente e com mulher e filhos por sustentar¹²⁰.

Os apoios que Eça recebeu, uns derivados das redes clientelares em que se inseriu (Casa de Bragança e, possivelmente, Casa de Vila Real), outros determinados pelos relacionamentos com os religiosos (Provincial Dominicano), explicam a atitude do cardeal-infante D. Henrique que, por carta de 1 de Março de 1563, notificava o vice-rei D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo (1561-1564), para prender D. Jorge de Eça e António Pereira Brandão a fim de serem enviados para o Reino e julgados¹²¹. Após o julgamento, cujo conteúdo se desconhece, D. Duarte de Eça obteve alvará do regente para nomear até seis pessoas que contra ele tinham conspirado. Estas seriam condenadas a pagarem-lhe diversos prejuízos¹²². Pouco depois desta sentença a seu favor, D. Duarte partia, em Março de 1567, de novo para a Índia e, desta vez, nomeado capitão de Goa¹²³. Um ano depois, embora provavelmente a mercê já estivesse

¹¹⁷ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança (1560-1640): Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 38. Além disso, não deve ser ignorada a influência dos Eças no interior da Casa de Bragança, os quais detinham uma alcaidaria-mor e uma comenda. Cf. *Ibidem*, p. 414.

¹¹⁸ Cf. Carta de D. Jorge de Eça a D. Catarina, Malaca, 23.X.1561 – ANTT, CC I-105-42, fl. 1v.

¹¹⁹ Cf. N. VILA-SANTA, *D. Afonso...* cit., pp. 146-147.

¹²⁰ Cf. Carta do Padre Diogo Bermudes a D. Catarina, Goa, 21.I.1563 – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 1.

¹²¹ Cf. Alvará do cardeal-infante D. Henrique ao vice-rei da Índia, s.l., 1.III.1563 – PUB. *Ibidem*, doc. 4.

¹²² Cf. Alvará a favor de D. Duarte de Eça, Lisboa, 10.XII.1566 – PUB. *Ibidem*, doc. 28.

¹²³ Cf. *Registo...* cit., vol. I, p. 158.



apalavrada à partida, Eça recebia a remuneração pelos seus serviços, a 25 de Fevereiro: 30 mil reais de tença anual, os quais lhe seriam pagos devido a uma dívida que Jorge Cabral para com ele tinha¹²⁴. Cabral tinha sido sentenciado, em contexto não mencionado, a pagar a Eça 300 mil reais e, como não os podia pagar a pronto, a Coroa assentara-lhe a tença para que o fidalgo não fosse prejudicado pela insolvência de Cabral¹²⁵.

Estes dados demonstram como, apesar de não ser conhecido o resultado final do julgamento em que D. Duarte de Eça se viu envolvido, pelo menos os seus serviços foram reconhecidos mesmo naquele difícil contexto. Além disso parecem demonstrar que o fidalgo deverá ter conseguido fazer vingar a sua versão, assente na conspiração para o depor da capitania de Ternate, o que, aos olhos do rei, seria tanto mais grave quanto se depusera um capitão por si nomeado. Além disso, acresce que Eça foi logo de seguida nomeado para a capitania de Goa, um dos cargos mais importantes da hierarquia do Estado da Índia, bastando lembrar que em caso de ausência do vice-rei da cidade, poderia caber ao capitão a administração interina do Estado. Ora, tal indicia que a Coroa fizera a nomeação com o intuito de compensar o fidalgo pelas perdas que sofrera. Se assim não fosse, como explicar que um fidalgo duas vezes deposto e que tanta polémica gerara, tenha subitamente alcançado uma posição cimeira?

No final de 1567, D. Duarte de Eça já se encontrava de novo na Índia. Embora tivesse adoecido durante a viagem e viesse acompanhado pelo seu filho primogénito, D. João de Eça¹²⁶, contara com uma boa recepção do vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568), também ele membro da Casa de Vila Real, que o nomeou capitão-mor do Malabar cuja costa Eça correria com cinco navios, em Novembro desse ano¹²⁷. Aparentemente nem a sucessão do vice-rei D. Luís de Ataíde (1568-1571) no governo do Estado da Índia afectou o rumo ascensional de D. Duarte de Eça pois neste período exerceu efectivamente a capitania de Goa. Durante o agitado governo de Ataíde, no entanto, D. Duarte parece ter desempenhado um papel meramente decorativo, sobretudo no cerco à capital nos anos de 1570-71. Para este período, as fontes referenciam-no acompanhando D. Luís de Ataíde numa visita aos catecúmenos de Goa e como padrinho de alguns baptismos¹²⁸, pelo que não parece ter

¹²⁴ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, livro 22, fl. 74-77v.

¹²⁵ Os dados conhecidos não permitem perceber se este Jorge Cabral fora um dos fidalgos que se encontrava em Ternate e que D. Duarte acusara de conspirar para o depor. Não foi encontrada nenhuma referência sua em Ternate.

¹²⁶ Cf. Carta do Padre Gaspar Dias aos irmãos lisboetas e eborenses, Goa, 30.IX.1567 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 63, pp. 2 80 e 283.

¹²⁷ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto e a década 8ª da Ásia*, vol. I, Lisboa, INCM/CNCDP, 1993, p. 196.

¹²⁸ Cf. Carta do Padre Sebastião Fernandes ao Padre Francisco de Borja, Goa, XI.1569 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 12, pp. 87 e 89.

desempenhado qualquer papel relevante durante o cerco. Tal pode explicar-se pelo papel de liderança que o vice-rei Ataíde nele desempenhou e que é conhecido. Eça só é mencionado, em 1571, aquando da recepção do embaixador do Idalcão a Goa, isto é, em funções de estrita formalidade das quais já não se podia eximir e apenas após o fim do cerco¹²⁹.

Posteriormente, D. Duarte de Eça só ressurge em Fevereiro de 1574 quando o Governador António Moniz Barreto (1573-1577) o despachou com o capitão-mor D. António de Meneses para o Norte¹³⁰, não sendo certo o seu percurso após o fim do exercício da capitania de Goa. Pouco depois deverá ter regressado ao Reino pois, em 1578, estava de regresso à Índia, nomeado, a 3 de Março, capitão de Damão na vagante dos providos¹³¹. Nessa ocasião, o filho de nome homónimo também foi nomeado capitão de Goa, a 2 de Março¹³². É possível que tenha regressado a Portugal no início da década de 1580 pois sabe-se que veio a falecer em Óbidos¹³³. A sua tença de 30 mil reais foi herdada pelo filho, D. Duarte de Eça, que a usou para encaminhar as irmãs D. Maria de Eça e D. Antónia de Eça, para o mosteiro das Carmelitas Descalças de Santo Alberto de Lisboa, onde a última veio a ser priora¹³⁴. Para concretizar este objectivo, o herdeiro vendeu a tença a João de Calema a fim de angariar os fundos necessários¹³⁵. D. Duarte de Eça faleceu, queimado na nau Chagas¹³⁶, depois de ter exercido a capitania de Goa, quando regressava ao Reino. Nessa ocasião já o seu irmão primogénito falecera em Alcácer-Quibir¹³⁷. Porém, antes deste acontecimento, D. João de Eça casara-se com D. Catarina Bernardes, filha de António Vaz Bernardes, senhor da Quinta da Foz, no termo de Óbidos¹³⁸. O facto do primogénito de D. Duarte de Eça casar na nobreza de província do Reino é indício de promoção social em relação ao seu pai. Este casara-se com D. Leonor de Faria, filha de Pedro de Faria, que fora capitão de Malaca¹³⁹, em casamento possivelmente patrocinado pelo vice-rei D. Afonso de Noronha e que novamente atesta a importância das ligações estabelecidas pelo capitão deposto na Índia. Apesar desta promoção, o horizonte da Índia esteve presente também na vida de D. Francisco de Eça, terceiro filho de D. Duarte de Eça, que foi capitão-mor da armada da Índia de 1617, acompanhando o vice-rei

¹²⁹ Cf. A. P. PEREIRA, *História...cit.*, livro II, cap. XXXIII, p. 92.

¹³⁰ Cf. *Ásia*, IX, 19.

¹³¹ Cf. L. *Registo...cit.*, vol. I, p. 205; ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, livro 38, fl. 217v.

¹³² Cf. *Ibidem*, pp. 205-206; ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, livro 38, fl. 217v. Para a análise da descendência de D. Duarte de Eça veja-se a Genealogia 2 – Ascendência e Descendência de D. Duarte de Eça (Século XVI).

¹³³ Cf. A. C. de SOUSA, *História...cit.*, tomo XI, p. 399.

¹³⁴ Cf. *Ibidem*.

¹³⁵ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, livro 22, fl. 77v.

¹³⁶ Cf. C. A. de MORAES, *Pedatura...cit.*, vol. V, p. 274.

¹³⁷ Cf. *Ibidem*.

¹³⁸ Cf. A. C. de SOUSA, *História...cit.*, tomo XI, pp. 399-400.

¹³⁹ Cf. C. A. de MORAES, *Pedatura...cit.*, vol. V, p. 274.



D. João Coutinho, 5º conde de Redondo (1617-1619), e comendador-mor da Ordem de Cristo¹⁴⁰. Desta forma, também os filhos de D. Duarte de Eça seguiram as pisadas do seu pai e tios, ao construírem carreiras a Oriente.

5. Considerações Finais

Fidalgo polémico no seu tempo, D. Duarte de Eça constitui um bom exemplo de como as carreiras no Oriente se encontravam frequentemente polarizadas pela tendência de servir fielmente o rei e pela tentação de ceder aos interesses particulares. Neste caso, é assinalável a forma como Eça, pese embora tenha embatido sucessivamente com a Coroa, sobreviveu ao confronto com ela. Poucos fidalgos do seu tempo poderiam gabar-se do mesmo. Em última análise, a trajetória algo atípica de D. Duarte de Eça ficou a dever-se a dois factores: por um lado, a importância dos serviços que a sua família directamente prestou à Coroa e, por outro, a relevância dos relacionamentos pessoais do capitão. Note-se como na hora de se defender D. Duarte tinha a seu favor na argumentação dois irmãos falecidos em serviço na Índia (D. Fernando de Eça e D. João de Eça) bem como dois sobrinhos (D. Duarte de Eça e D. Francisco de Eça, filhos de D. Vasco de Eça) e ainda o apoio tácito e protecção de duas importantes Casas: Bragança e Vila Real. Além disso, tal como os seus oponentes (D. Jorge de Eça e António Pereira Brandão) apresentava ele próprio longos anos de serviço no Oriente e, mais importante ainda, constituía família na Índia, onde também teceu contactos pessoais com os homens que o apoiaram em Colombo e Ternate. Qual foi então o peso relativo destas coordenadas no percurso de D. Duarte de Eça?

É difícil fornecer uma resposta definitiva. No entanto, o vínculo de D. Duarte a ambas chegou até nós. Na sua *Relação dos Governadores da Índia*, escrita em 1571, Eça plasmou a sua experiência oriental e com ela a sua visão dos acontecimentos. Através dela, procurou também deixar uma imagem de si próprio, como seria de esperar, distante das polémicas que marcaram a sua carreira. De reduzido valor quando comparada com a exaustividade das crónicas de Diogo do Couto, de António Pinto Pereira ou até de Manuel de Faria e Sousa, a *Relação* de D. Duarte de Eça, desde logo pelos problemas relacionados com o percurso do manuscrito original¹⁴¹, é uma fonte intrinsecamente desigual. Enquanto alguns Governadores e Vice-Reis mal são referidos, como seja o caso do vice-rei D. Francisco Coutinho sobre o

¹⁴⁰ Cf. A. C. de SOUSA, *História...* cit., tomo XI, p. 400.

¹⁴¹ A parte que se pode ter certeza ter sido escrita por Eça compreende todos os governadores desde Martim Afonso de Sousa até Jorge Cabral. Os relatos dos restantes governadores sofreram as intervenções do copista João Rebelo e do jesuíta Martim da Silva que trouxe o manuscrito para Roma, em 1576, isto é, ainda em vida de D. Duarte. Cf. D. D. de EÇA, *Relação...* cit., p. 1. Note-se como até nessa fase D. Duarte não deixava de tecer relacionamentos com religiosos que lhe poderiam continuar a proporcionar vias de ascensão.

qual se afirma nada haver a narrar¹⁴², a outros concede-se maior atenção, designadamente ao Governador D. João de Castro e aos Vice-Reis D. Afonso de Noronha, D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde. Estas desigualdades de tratamento traduzem a proximidade do fidalgo com cada um destes Governadores, que foram afinal, aqueles que mais de perto conheceu.

A Relação de D. Duarte deixa também uma ideia clara de como Eça gostaria de ser recordado. Na descrição enfática dos seus feitos em Diu e, sobretudo na forma como são omitidos os acontecimentos relacionados com Ceilão e com Ternate, bem como nas poucas referências a D. Constantino de Bragança, D. Duarte, retratou com fidelidade a imagem que gostaria que a História dele guardasse: o de alguém que tivera uma carreira de armas apreciável e que sentira, no final da sua vida, a necessidade de escrever uma página da História da qual foi, em parte, protagonista, numa derradeira tentativa de influenciar as interpretações que dele poderiam ser posteriormente feitas. Afinal, no cômputo geral de uma carreira de quase 40 anos, apenas os últimos 13, isto é, os decorridos a partir de 1567, tinham sido verdadeiramente bem sucedidos. Nesse contexto, porque não tentar escapar às murmurações da Índia, como referia o Padre Francisco de Sousa¹⁴³, e escrever ele mesmo a História?

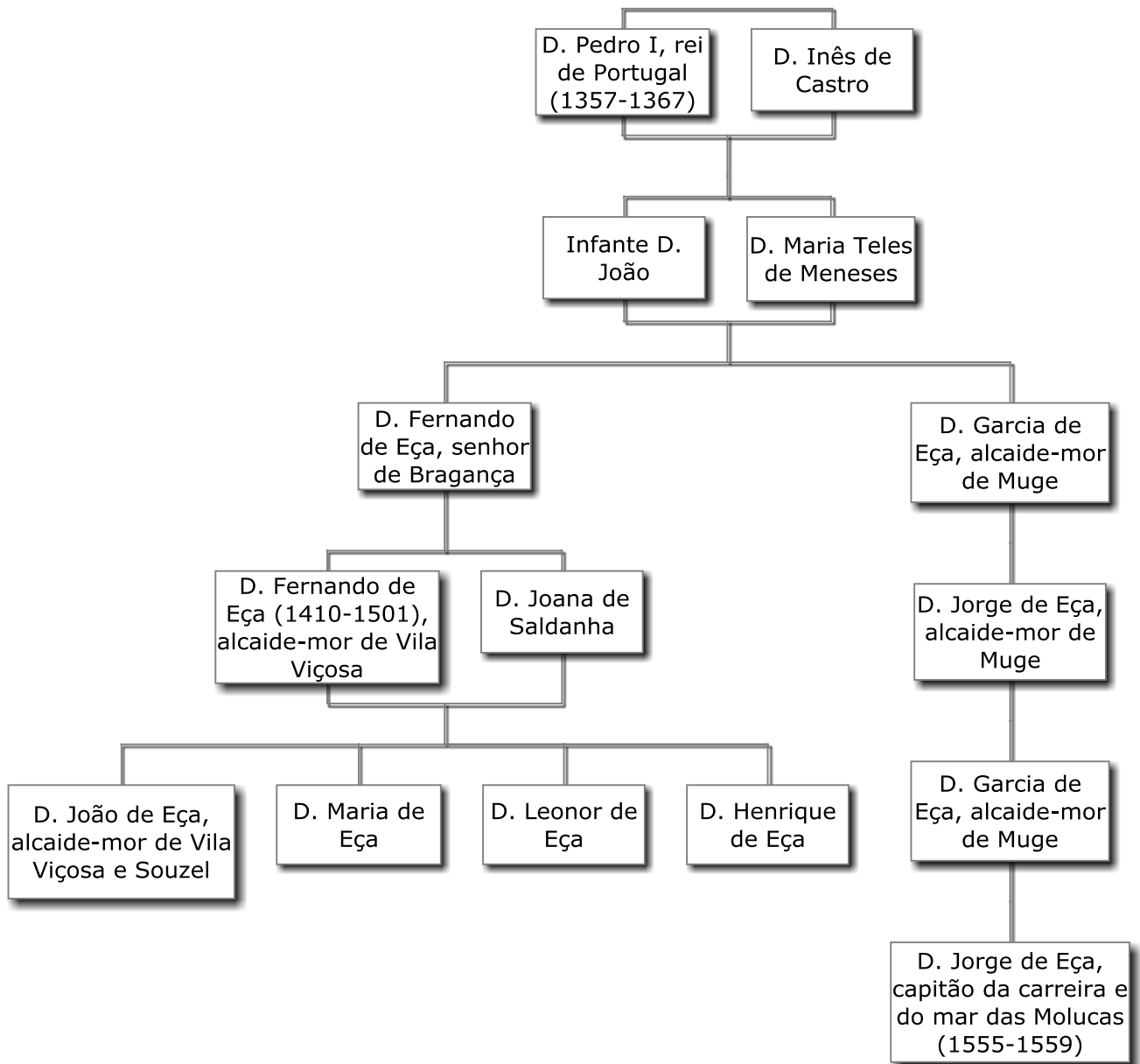
Em suma, o percurso de D. Duarte de Eça ajuda também a compreender como nem sempre os percursos orientais seguiam um rumo ascensional, sendo afinal bastante indefinidos à partida. No caso de Eça, essa indefinição determinou definitivamente a sua trajetória, tendo até justificado a elaboração de uma *Relação*. Mas esta conclusão realça também a importância dos factores exógenos no desenvolvimento de uma carreira oriental, em particular, as redes clientelares, tão estruturantes na sociedade portuguesa do século XVI.

¹⁴² Cf. *Ibidem*, p. 15. Tal poderá justificar-se pois deverá ter sido durante o mandato deste vice-rei que D. Duarte foi enviado para ser julgado no Reino.

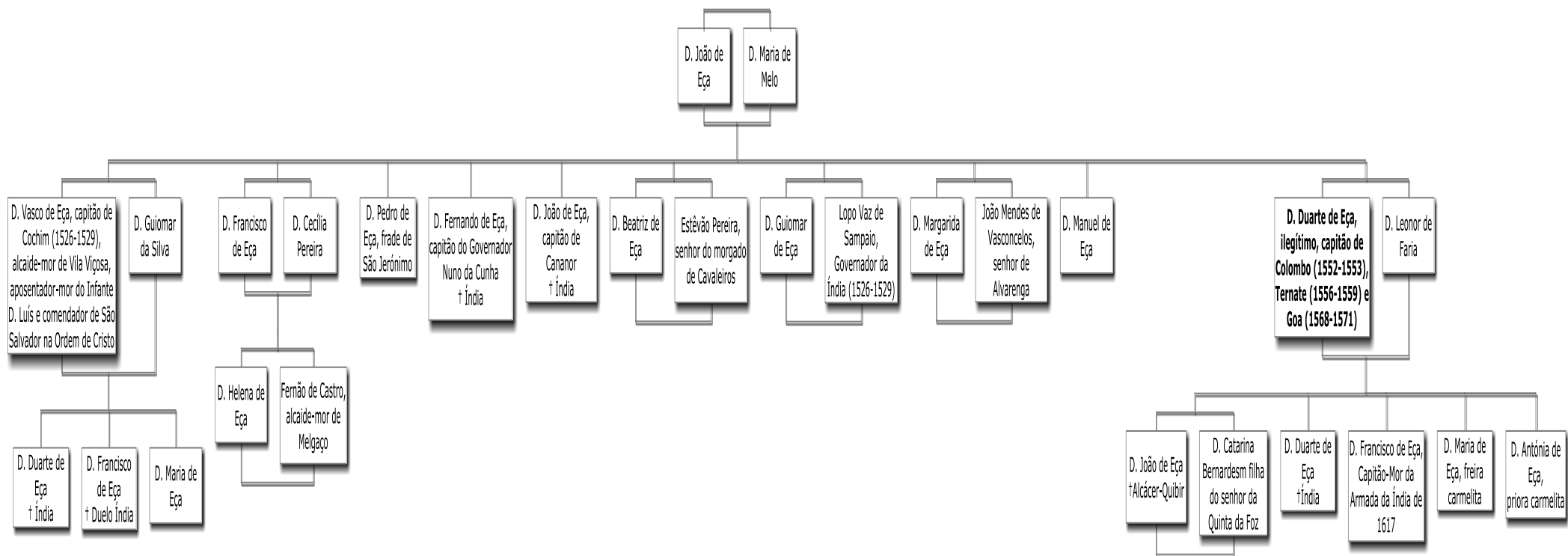
¹⁴³ Cf. frase de entrada deste estudo.



Genealogia 1: Ascendência dos Eças (Séculos XV-XVI)



A trajetória de D. Duarte de Eça: de capitão deposto a capitão de Goa
Genealogia 2: Ascendência e descendência de D. Duarte de Eça (Século XVI)



Nuno Vila-Santa

